

PRÁTICAS INACEITÁVEIS

Josaphat Marinho

CORREIO BRAZILIENSE

18 OUT 1997

A visita de um chefe de Estado a outra nação tem origens e objetivos diversos. Há razões de aproximação e outras de interesse, por fatores diferentes. Poucas vezes é um só o intuito da viagem. Conjugam-se motivos, pelo menos como forma de despertar a atenção ou a simpatia da população. É natural que assim seja, e que nem todos os assuntos objeto de conversação tenham publicidade, em pormenores. É compreensível, também, que condições especiais de segurança sejam adotadas. Ao próprio país visitado convém que não haja surpresas desagradáveis. A convivência civilizada entre os povos pede que a tranquilidade resguarde o hóspede. Se se trata de mandatários de nações mais influentes, maior há de ser o cuidado, sem discriminação. No mundo de diferenças notórias, tais práticas equivalem a fatores de manutenção da ordem estabelecida.

Essencial é o ponto de equilíbrio em que as ações ou providências oficiais se situem, para que não pareçam censura, ordem e superioridade de uma nação sobre outra, nem importem recusas ou exclusões descabidas. O zelo necessário pela segurança do chefe de Estado não deve esquecer as regras de convívio igual. Ainda menos há de permitir desconfianças e suspeitas, que atingem o caráter do povo, ou sua educação. Quando o medo exagera a segurança, estimula a indiferença, a repulsa silenciosa. O que devia ser um encontro cordial, converte-se numa passagem formal, fria, distante. Suspeitada injustamente, a sociedade retrai-se. Vinga-se da suspeição com o pudor.

Tais excessos são inadmissíveis, sobretudo em país como o Brasil, sem tradição de violência contra governantes, ou dignatários estrangeiros. Se aqui, num dado mo-

mento, um embaixador foi seqüestrado, o ato não traduziu o espírito comum do povo, mas a aversão ao governo arbitrário, que as nações desenvolvidas amparavam. Demais, não pode ser subestimado que somos o único país sul-americano que participou, com tropas e vidas, do esforço da civilização contra a tirania, na segunda grande guerra. Além disso, no passado como em dias recentes, muitos estadistas aqui estiveram, sem risco, na proximidade do povo. Há poucos dias, o papa João Paulo II de-

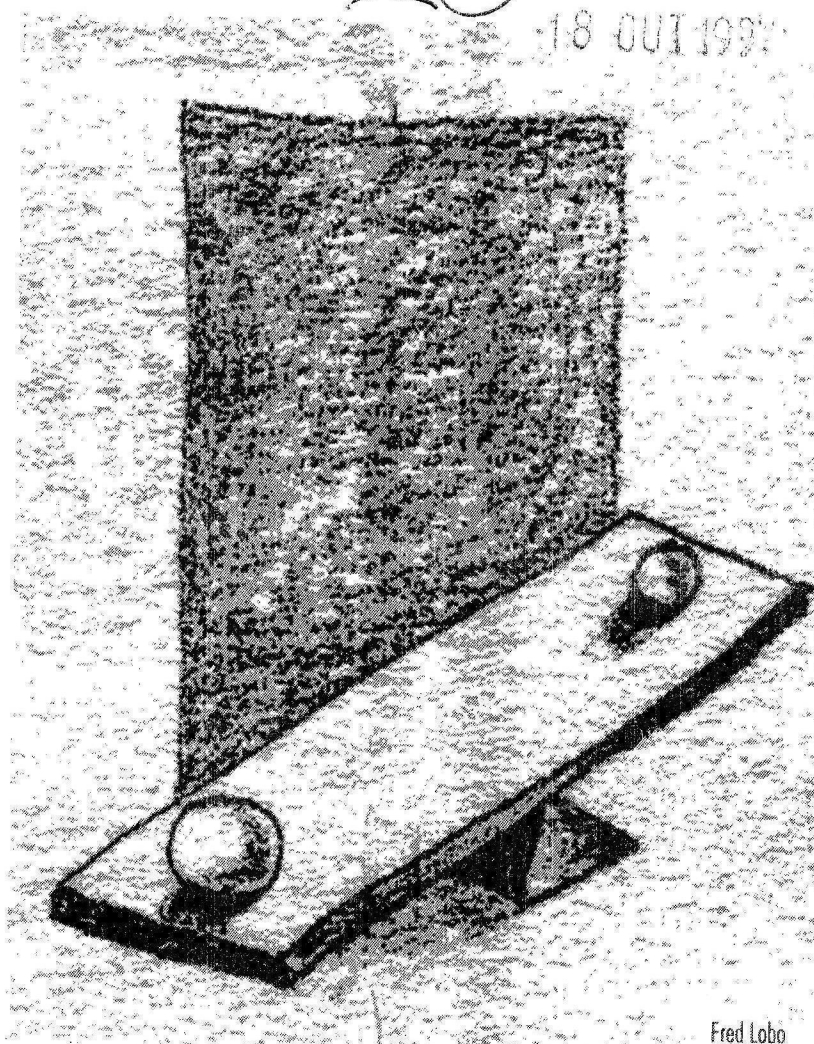
frontou multidões.

Daí ser estranhável o documento divulgado por autoridade americana, assim como o rigor descomedido das medidas de segurança reclamadas pelos órgãos de seu governo e repelidas, em termos, notadamente pelo presidente do Congresso Nacional. Tanto mais surpreendentes as exigências porque o presidente Clinton é personalidade que se comunica bem com o povo, no que o ajuda a vivacidade da sra. Hillary Clinton. O ilustre casal não merecia, portanto, o isolamento a que

foi submetido, prisioneiro de contatos formais ou burocráticos. Ingressou no país e dele partiu sem conhecer as manifestações da alma coletiva, ou seja, alheio à educação e aos sentimentos do povo. Ainda bem que o presidente americano condenou os excessos e corretamente pediu desculpas ao Brasil.

Sucedendo, porém, que o chefe de Estado não visitou o Congresso Nacional em plenário aberto. É certo que assim já ocorreu com outros presidentes visitantes. Mas a posição dele é diferente, dado o prestígio de seu país na política mundial, bem como o grau de suas relações com o Brasil. Se esteve em visita ao presidente do Senado e da Câmara, de maior dimensão teria sido sua presença em sessão do Congresso Nacional. Seria o encontro político por excelência, o diálogo com as diversas forças partidárias. Em nome do Senado e da Câmara, e sem distinção de partidos, os pronunciamentos nessas ocasiões têm sido modelo de educação democrática, como ocorreu, a exemplo, com a presença de Eisenhower, De Gaulle e recentemente de Chirac e do presidente português, Jorge Sampaio. Não criam constrangimentos e propiciam a enunciação de idéias de interesse recíproco dos povos. Se os governos negociam entre si, tanto melhor o fazem com a colaboração dos parlamentos, que aprovam os tratados e convenções. Os povos mais se respeitam e se entendem discutindo abertamente seus problemas, nas assembleias populares. A globalização dos interesses, tão reclamada por muitos, para significar realmente parceria entre iguais, deve significar integração efetiva, produto do livre debate.

■ Josaphat Marinho é senador pelo PFL da Bahia



Fred Lobo